

Vamos conformar-nos com a estagnação?

PAÍS SEGUE "CARTILHA" DO FMI NO QUE ELA TEM DE PIOR, ENCARANDO A RECESSÃO COMO "BEM"

JOSEF BARAT

Em sua essência, o Real procurou: 1) tirar proveito do aumento da liquidez internacional, atraindo aplicações em fundos de capitalização de curto prazo; e 2) promover maior abertura das importações, tornando mais elástica a oferta interna de bens de consumo. Juros altos e câmbio valorizado foram as chamadas "âncoras" do Plano. Assim, nas contas externas ampliaram-se as reservas, mas inverteu-se fortemente a tendência de acumular saldos comerciais positivos. Análises de longo prazo mostram a gravidade desta inversão.

Entre 83 e 94, o saldo comercial (exportações/importações) apresentou acumulado de US\$ 147 bilhões (históricos) e a média anual de 12,3 bilhões. Com exceção de 83 e 86, houve sempre saldos acima de 10 bilhões e, em 88, chegou-se a 19,2 bilhões. A partir de 95, começou a formação de saldos negativos crescentes, ou seja, de 3,5, para 6,6 bilhões em 98. Apesar do crescimento econômico medíocre, as importações praticamente dobraram entre 94 e 98 passando de 30,1 para 57,7 bilhões.

Na conta corrente, a necessidade de gerar saldos comerciais teve-se, basicamente, a déficits crô-

nicos nos serviços que, entre 88 e 94, alcançaram a média anual de 12,2 bilhões. Neste grupo, somente despesas com juros representaram a média de 9,3 bilhões. Os fretes marítimos e a remessa de lucros na forma de dividendos também oneraram os serviços. Apesar das distorções crônicas, no longo prazo e em termos médios anuais, os saldos gerados pela balança comercial "pagaram" os déficits nos serviços. Note-se que, em 1994, o déficit em transações correntes (mercadorias e serviços) era de US\$ 1,7 bilhão. Em 1995, porém, atingiu praticamente os 18 bilhões, quase dobrando em 98 (33,6 bilhões), por força do aumento descontrolado das

importações, pagamento de juros e remessa de lucros.

Num primeiro momento, o Real favoreceu a massa de consumidores e garantiu dividendos políticos para o projeto da reeleição. Mas, como não houve preocupação com as questões estruturais do combate à inflação, a sucessão de crises externas afetou drasticamente a liquidez internacional do País, pela drenagem de suas reservas. Estas, que haviam aumentando de 30 bilhões, no início de 94, para 51,3 em 97, reduziram-se para 43,2 em 98. Assim, a necessidade de conter déficits da balança comercial tornou-se vital para a

sobrevivência econômica do País.

Ao manter a estabilidade de preços gerando grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, foi esquecida a "tradição" de contê-los pela manipulação do câmbio e estímulo às exportações. Com o Real, obteve-se a estabilidade pela rigidez da política cambial com endividamento externo de curto prazo, atraindo capital com taxas de juros exorbitantes. Isso provocou redução de investimentos produtivos e hipertrofia de aplicações financeiras. A opção pelo endividamento externo, para financiar crescimento do consumo e especulação, foi consistente. Não houve preocupação com crescimento e geração de empregos. As privatizações também refletiram imediatismo e má utilização de recursos arrecadados.

É difícil imaginar cenário otimista em que se possa contornar a crise no balanço de pagamentos seguindo a rígida política definida pelo Real. Mesmo com regras mais flexíveis em relação a câmbio e juros, os riscos são elevados em razão do vulto dos problemas acumulados e da dificuldade de enfrentar suas raízes estruturais. Estamos seguindo formalmente – embora sem cumpri-la – a estratégia-padrão do FMI para debelar crises provocadas por turbulências cambiais e ataques especulativos. Excluídos controles e intervenções fora dos mecanismos de mercado, o importante, nesta estratégia, é a remoção de obstácu-

los à circulação de capitais e às aplicações financeiras. Em síntese, poder-se dizer que ela induz à compressão da demanda para aumentar a capacidade de pagamento do serviço da dívida externa. A "novidade" é que a recessão deixa de ser vista como mal, para ser considerada o objetivo a ser perseguido. Bloqueia-se, assim, por completo a visão do longo prazo.

Estamos vivendo hoje o pior dos mundos. Seguimos a "cartilha" do FMI no que ela tem de pior, ou seja, fazendo tudo para encarar a recessão como "bem", e não cumprimos o que seria benéfico para o País, como reforma tributária e da Previdência. Quanto ao ajuste fiscal, cabe lembrar que o governo americano equilibrou suas contas e obteve excedente fiscal pelo caminho oposto: a economia cresce há dez anos. Aqui, o Estado é detonado no que tem de melhor, deixando-se vicejar o rebotalho do patrimonialismo. E o mais grave, não há esperança de crescimento, quando já demos demonstrações de capacidade de crescer: taxas médias anuais de 6% entre 1880 e 1980 e de 7% entre 1947 e 1980. Recessão, desemprego, falta de perspectivas e frustrações são ingredientes explosivos para o futuro próximo.

■ *Josef Barat, consultor, é membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo*
e-mail: barat@sanet.com.br